

## SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA

**Estudo Técnico Preliminar 94/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 10280\_725.519/2025-15

**2. Descrição da necessidade**

2.1 De acordo com a demanda da Alfândega do Porto de Manaus, em virtudes da necessidade de reparos emergenciais, no prédio da sede da Agência da Receita Federal do Brasil em Itacoatiara, no Estado do Amazonas, é necessário executar reparos emergenciais, incluindo a substituição integral do forro, na área de atendimento ao contribuinte (CAC), que apresenta partes desprendendo-se e tendo o risco iminente de desabamento, a troca de telhas danificadas que ocasionam infiltrações e a substituição completa dos rufos deteriorados.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
GABIN/ALF/MNS	Marcelo Augusto Calbo Garcia

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****4.1. Descrição dos Serviços**

4.1.1. Os serviços serão realizados pelo valor estipulado na proposta de preços da empresa vencedora da licitação, sob o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, abrangendo todas as despesas necessárias para a completa execução dos serviços. Dessa forma, o montante acordado para a realização do serviço de engenharia abará todos os gastos essenciais, como custos de mão de obra, equipamentos, materiais, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tarifas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, despesas relacionadas a Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e quaisquer outras taxas, custos ou emolumentos que possam incidir ou venham a incidir sobre o serviço.

**4.2. Descrição sucinta do serviço de engenharia:**

4.2.1. A descrição dos serviços encontram-se pormenorizados nos documentos do projeto básico anexos deste documento, dentre elas:

4.2.1.1 Cobertura com telha termoacústico e substituição de toda a cobertura existente com telha de fibrocimento e substituição da trama de madeira por trama de aço e inclusão de estrutura de pontaletes metálicos - 226,48 m<sup>2</sup>; Cumeeira de telha termoacústica - 3,10 m; rufo metálico - 58,45 m;

4.2.1.2 Substituição de forro ( Atendimento e circulação dos quartos) - 84,57 m<sup>2</sup>

**4.3. Regime de Execução.**

4.3.1. O método de execução será o de Empreitada por Preço Global.

4.3.2. O propósito desta licitação será cumprido de acordo com as diretrizes estabelecidas nos documentos do Projeto básico desse serviço.

#### **4.4. Prazo para Execução dos Serviços.**

4.4.1. O período destinado à execução dos serviços será de 60 **(sessenta) dias**, a partir da emissão da Ordem de Serviço ou da Assinatura do Contrato.

#### **4.5. Materiais**

4.5.1. A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais necessários, que devem ser de excelência e estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis. As marcas mencionadas nas especificações são meramente indicativas, e outras marcas previamente autorizadas pela equipe de fiscalização também são aceitáveis.

##### **4.5.2. Condições de similaridade.**

4.5.2.1. Os materiais indicados podem ser substituídos por outros similares, desde que haja uma consulta prévia à equipe de fiscalização e que os materiais de substituição atendam aos seguintes critérios de similaridade em relação aos materiais originais: qualidade comprovada, equivalência técnica (em termos de tipo, função, resistência, estética e apresentação) e um nível de preço semelhante.

#### **4.6. Execução do Serviço de Engenharia.**

4.6.1. A empresa contratada deverá utilizar exclusivamente mão de obra qualificada para a execução dos diversos serviços propostos.

4.6.2. Além disso, compete à contratada arcar com as despesas relacionadas a encargos sociais, seguros, segurança, transporte, acomodação e refeições de seu pessoal ao longo de toda a duração da obra.

4.6.3. A contratada também deve apresentar a lista de funcionários e comprovar o recolhimento das obrigações do INSS. Ao término da obra, a contratada deve fornecer a seguinte documentação relacionada ao projeto:

4.6.3.1 Certidão Negativa de Débitos com o INSS;

4.6.3.2 Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS; e

4.6.3.3 Certidão de Quitação do INSS referente ao contrato.

#### **4.7. Garantia de Execução.**

4.7.1. Haverá exigência da garantia da execução do contrato prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 /2021, no percentual de 5% do valor adjudicado, pelas razões abaixo justificadas:

4.7.1.1. Com o intuito de cobrir quaisquer imprevistos oriundos da inexecução total ou parcial do objeto, bem como dirimir eventuais prejuízos que possam ser causados à administração e, por esta razão, é elemento essencial a ser exigido da contratada.

4.7.1.2. Garantir a cobertura de eventuais riscos ao patrimônio público, bem como assegurar o fiel cumprimento das obrigações da contratada.

#### **4.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

4.8.1 Nesta licitação, será exigido que a empresa licitante tenha registro junto ao CREA E/OU CAU E/OU CRT.

4.8.2 **Para comprovação de capacidade técnica-operacional**, será exigida quanto as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

4.8.2.1 Execução de TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA;.

4.8.3. Será exigida comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, como segue:

4.8.3.1 Serviços de execução de TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA: quantitativo mínimo de 113,00 m<sup>2</sup> (cento e treze metros quadrados)

4.8.4 **Para comprovação técnico-profissional** serão exigidas:

4.8.4.1 Comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

4.8.4.1.1 Serviço de execução de TELHAMENTO COM TELHAS METÁLICAS;

4.8.4.2 Será, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, como segue:

4.8.4.2.1 Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica ou certidões de acervo técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto.

4.8.4.3. Para comprovação em ART/RRT, por cada profissional, serão exigidos quantitativos mínimos como segue:

4.8.4.3.1 Engenheiro civil ou Arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados:

4.8.4.3.1.1 Serviços de Telhamento com telhas metálicas: quantitativo mínimo de 113,00 m<sup>2</sup> (cento e treze metros quadrado) do total previsto com área de superfície de 226,48 m<sup>2</sup>.

#### 4.9. Vistoria

4.9.1. Será facultativa a realização da vistoria, conforme regras determinada no Termo de Referência.

#### 4.10. Subcontratação

4.10.1 Será admitido a subcontratação parcial dos serviços até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato e desde que devidamente autorizada pela Contratante e conforme regras determinada pelo Termo de Referência.

4.10.2 os serviços que poderão ser subcontratados, conforme subitem anterior:

4.10.2.1 Serviços de RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO.

#### 4.11. Garantia de Execução

4.11.1. Será exigida a garantia de execução do contrato de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme regras determinada no Termo de Referência.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. No caso em questão, não foi conduzida uma pesquisa de mercado pela administração para a estimativa de preços. O valor foi determinado a partir da análise das necessidades, da elaboração de projetos, das especificações técnicas e, com base nesse conjunto de informações, as planilhas de custos, tanto o valor total quanto o valor unitário. As referências utilizadas para elaboração das planilhas, foram as tabelas SINAPI específicos para o município, e a sistemática de cálculo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

5.2. A única solução identificada no mercado é a contratação indireta dos serviços, os quais serão realizados por profissionais qualificados de acordo com o projeto básico fornecido pela Administração.

5.3. O mercado de possíveis prestadores de serviços de construção é amplo, uma vez que as tecnologias e procedimentos gerais para sua execução são amplamente conhecidos e utilizados pela maioria das empresas do setor.

5.4. Portanto, não haverá restrições excepcionais nessa licitação, que limitem a participação neste certame, uma vez que o objeto em questão se enquadra nas práticas comuns de contratação de obras de intervenção em imóveis, para as quais o mercado está adequadamente preparado.

5.5. Na análise da contratação, não foram identificadas circunstâncias particulares ou desafios técnicos que exigissem a realização de uma audiência pública para coletar contribuições a fim de determinar a solução mais apropriada, considerando que os serviços em questão são considerados rotineiros e não complexos.

### 5.6. Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

5.6.1. Tanto as empresas quanto as entidades que requerem os serviços, incluindo os órgãos públicos, realizam a contratação de obras e serviços de engenharia, de maneira semelhante à abordagem que se pretende adotar, seguindo as exigências legais, regulamentares e estabelecidas no edital e seus anexos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de engenharia referente a execução de reparos emergenciais, na Agência da Receita Federal conforme o prazo definido no edital de licitação e seus anexos, em Itacoatiara, município do Amazonas, conformidade com os requisitos estabelecidos neste documento.

6.2. A vigência Contratual para esse serviço será 210 (duzentos e dez) dias, conforme tabela abaixo:

Assinatura do Contrato	Prazo para início das atividades	Execução dos serviços	Recebimento Provisório	Prazo de Observação	Recebimento Definitivo	Prazo de Vigência
----	30 dias	60 dias	30 dias	30 dias	60 dias	210

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**7.1.** A estimativa do quantitativo de serviços, equipamentos e materiais requeridos para a execução dos trabalhos, conforme apresentado na planilha de custos, foi determinada a partir da avaliação das necessidades, da elaboração dos projetos e da definição das especificações técnicas.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 129.064,80

8.1. Os preços de referência foram estabelecidos com base no orçamento, utilizando o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices.

8.2. O custo estimado para a execução da obra é de **R\$ 129.064,80 (cento e vinte e nove mil, sessenta e quatro reais e oitenta centavos)**. No desenvolvimento da planilha orçamentária, foram utilizados os preços das tabelas de referência SINAPI, sempre que disponíveis para os serviços em questão. Para os itens não contemplados no SINAPI, foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

8.2.1. Foram utilizadas as fontes oficiais da SEDOP/PA, CAEMA-MA E ORSE-SE;

8.3. Foi adotado um **BDI de 27,14%% (vinte e sete virgula quatorze por cento)**, conforme indicado na planilha. Esse percentual observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

8.4. Além disso, foi preparado um cronograma físico-financeiro projetado para a obra, com um prazo de execução de **60 (sessenta) dias**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A execução dos serviços de engenharia em questão, serão licitados como um único item. Isso ocorre porque o fracionamento não é viável tecnicamente, uma vez que poderia gerar conflitos de interesses entre diferentes empresas executoras, prejudicando a solução global. O fracionamento demandaria a sincronia das contratações e execuções simultâneas, o que é praticamente inviável em serviços de engenharia, para realizar todos os ajustes necessários no prazo e com custos que atendam de forma adequada aos interesses da Administração.

9.1.1. Para garantir a sincronia necessária, seria essencial que não ocorressem adversidades durante o curso do processo, o que, na realidade, é altamente improvável, caso a licitação fosse parcelada.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Neste caso específico, não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes. Em outras palavras, o serviço em questão será contratado de forma autônoma e independente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A execução desse serviço faz parte do Planejamento Estratégico da Superintendência Regional da Receita Federal na 2ª Região. Esta demanda específica foi incluída no Plano de Contratações Anuais da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal, conforme especificações abaixo:

11.1.1. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000006/2026

11.1.2. Data de Publicação no PNCP: 30/04/2025

11.1.3. Id do Item no PCA: 90

11.1.4. Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

11.1.5. Identificador da Futura Contratação: 170209 - 42/2026

11.2. A presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 O objetivo deste serviço de Engenharia é restaurar o pleno funcionamento da Agência da Receita Federal em Itacoatiara, município do Amazonas, de maneira adequada e segura, buscando preservar o patrimônio público, tornando utilizável e adequado, tanto para o público interno, quanto para o externo.

## **13. Providências a serem Adotadas**

**13.1. No que diz respeito ao objeto em questão, não será necessária a adaptação do ambiente físico e social da Administração para a execução dos serviços contratados. No entanto, é importante considerar as seguintes observações:**

**13.1.1. Os serviços serão principalmente realizados durante o horário comercial, embora, a critério do fiscal do contrato, possam ocorrer em horários noturnos, fins de semana ou feriados, quando estritamente necessário para garantir o progresso adequado do serviço.**

**13.2. Deve-se avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuarão na fase de fiscalização e recebimento da obra.**

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Aqueles encarregados da realização dos serviços devem aderir aos princípios e práticas de sustentabilidade.

1.4.2. Conforme estabelecido no Decreto nº 7.746/2012, a contratada deve incorporar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados à obra.

14.3. Durante a execução dos serviços, é imperativo que sejam considerados os seguintes tópicos:

- 14.3.1. RD - Redução do desperdício de materiais;
- 14.3.2. MG - Menor geração possível de resíduos;
- 14.3.3. MD - Adequada destinação dos resíduos da obra;
- 14.3.4. MS - Materiais Sustentáveis;
- 14.3.5. RI - Redução de impactos ao entorno;
- 14.3.6. QA - Qualidade do ambiente interno da Obra;
- 14.3.7. GR - Gestão de Recursos Humanos e Fornecedores

### **14.4. Redução de desperdício de materiais, tais como:**

14.4.1. Realizar um planejamento semanal das atividades a serem executadas na obra, garantindo o suprimento adequado de materiais e mão de obra.

14.4.2. Adquirir materiais em quantidades compatíveis com o andamento da obra, evitando perdas devido ao vencimento dos prazos de validade ou obsolescência.

14.4.3. Fornecer treinamento e capacitação ao responsável técnico e aos funcionários da obra em relação aos procedimentos apropriados para evitar o desperdício de materiais.

14.4.4. Armazenagem e manuseio adequados, para evitar perdas por deterioração:



- 14.4.4.1. Tijolos e telhas devem ser organizados em pilhas para prevenir danos.
- 14.4.4.2. Sacos de cimento e argamassa devem ser armazenados longe da umidade.
- 14.4.4.3. Materiais delicados devem ser manuseados com cuidado e protegidos por embalagens.
- 14.4.4.5. Materiais perecíveis, como argamassa, devem ser preparados em quantidades apropriadas para uso imediato.
- 14.4.4.6. Argamassa deve ser preparada em caixas de fibra reforçada para minimizar perdas.

#### **14.5. Menor Geração Possível de Resíduos.**

- 14.5.1. Evitar demolições que sejam desnecessárias;
- 14.5.2. Minimizar retrabalhos;
- 14.5.3. Sempre que possível, utilizar os resíduos gerados na própria obra como agregados reciclados;
- 14.5.4. Verificar a possibilidade de redução na geração de resíduos, utilizando produtos que tenham menos embalagens.

#### **14.6. Adequada Destinação dos Resíduos.**

- 14.6.1. Realizar a classificação e segregação dos resíduos de acordo com as diretrizes estabelecidas na RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, e assegurar que sua disposição seja realizada de acordo com as orientações delineadas no Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (PGRCC) da obra.
- 14.6.2. Estabelecer um plano logístico para a triagem, acondicionamento e transporte interno dos resíduos, alinhado com suas respectivas destinações.
- 14.6.3. Contratar empresas especializadas no transporte de resíduos, exigindo que possuam as devidas licenças ambientais e permissões para os locais de destino.
- 14.6.4. Realizar o acompanhamento e registro dos documentos, licenças e autorizações necessárias, elaborando fichas de controle de movimentação de resíduos, preferencialmente com a assinatura do transportador e do destinatário final.
- 14.6.5. Consultar a prefeitura local para obter informações sobre os procedimentos mais adequados e horários ideais para o manuseio e a disposição de resíduos na região.
- 14.6.6. Em casos de dificuldade na destinação de determinado tipo de resíduo, explorar a possibilidade de devolvê-lo ao fabricante, como ocorre com sacos vazios de cimento ou cal.
- 14.6.7. Identificar alternativas de destinação de resíduos com base em critérios econômicos e ambientais. Muitos resíduos podem ser reutilizados no âmbito da obra, como, por exemplo, o emprego de agregado reciclado para bases, sub-bases e pavimentação, ou até mesmo comercializados.

#### **14.7. Materiais Sustentáveis.**

- 14.7.1. Optar por materiais e produtos que incorporem componentes reciclados sempre que estiverem em conformidade com as especificações do projeto.
- 14.7.2. Priorizar o uso de materiais e matérias-primas de origem local, definidos como aqueles extraídos ou produzidos em uma distância de até 1.500 km do local da obra, desde que haja disponibilidade de produtos locais com características equivalentes aos de outras regiões. Equipamentos mecânicos e elétricos não são abrangidos por este critério de preferência.

14.7.3. Escolher materiais de maior durabilidade e que resultem em custos menores de manutenção tanto para o bem quanto para a obra.

14.7.4. Utilizar produtos provenientes de fontes ambientalmente regulares em relação aos recursos naturais empregados em bens, serviços e obras. Quanto à madeira nativa, sua origem legal deve ser comprovada mediante a apresentação das licenças necessárias para transporte e armazenamento (Documento de Origem Florestal - DOF ou Guias Florestais) estabelecidas pelo órgão competente (IBAMA).

14.7.5. Adotar práticas de classificação e armazenagem de materiais de acordo com a fase da obra em que se encontram.

14.7.6. Desenvolver um procedimento de homologação de fornecedores e parceiros, assegurando que estejam em conformidade com as exigências legais e boas práticas ambientais, devido à sua corresponsabilidade em relação a questões ambientais.

#### **14.8. Redução de Impactos ao Entornos.**

14.8.1. Reduzir a poluição proveniente da obra, por meio do controle da erosão do solo e da prevenção da contaminação das vias de acesso e áreas adjacentes com resíduos resultantes dos materiais utilizados, como concreto e solo.

14.8.2. Minimizar a emissão de poeira através da pré-umidificação das superfícies antes da varrição e da manutenção regular da limpeza no local da obra.

14.8.3. Implantar um sistema de lavagem de pneus para a higienização dos veículos que deixam o canteiro de obras, visando evitar a contaminação das vias de acesso por lama, poeira e outros resíduos gerados pela obra.

14.8.4. Reduzir a poluição sonora para os residentes vizinhos, respeitando os horários de trabalho e protegendo as fontes geradoras de ruído.

14.8.5. Implementar medidas que facilitem o tratamento e a contenção de efluentes líquidos, a fim de evitar seu descarte na rede pluvial, especialmente no caso dos resíduos provenientes da lavagem do canteiro que contenham materiais sólidos ou contaminantes. Isso pode incluir o uso de caixas de contenção em alvenaria, juntamente com instalações de tratamento e procedimentos de monitoramento.

14.8.6. Evitar derramamento ou vazamento de materiais e resíduos, escolhendo transportadoras adequadas ao tipo de material a ser transportado;

14.8.7. Planejar locais e horários apropriados para a entrada e saída de veículos, com o objetivo de evitar problemas nas vias de acesso, como congestionamento e ruído.

14.8.8. Designar áreas específicas para carga e descarga de materiais, colocação de caçambas e estacionamento de veículos, sem ocupar vias públicas.

14.8.9. Realizar uma análise minuciosa do entorno do empreendimento (local da obra) para evitar perfurações nas redes públicas.

14.8.10. Adotar práticas adequadas de manutenção e limpeza das ferramentas, equipamentos e veículos utilizados nos canteiros, incluindo sistema de contenção de efluentes;

14.8.11. Antes do início da obra, informar a comunidade local sobre as atividades planejadas, os horários de funcionamento do canteiro, os períodos e locais de entrada e saída de caminhões.

14.8.12. Comunicar a política socioambiental da empresa à comunidade e aos possíveis interessados, utilizando vários meios, como placas, postagens em sites, panfletos, cartazes nos tapumes e outros canais de comunicação.

#### **14.9. Ambiente Interno da Obra - Qualidade e Segurança**

14.9.1. Assegurar níveis adequados de iluminação nos locais de trabalho para garantir o desempenho das atividades.

14.9.2. Construir áreas apropriadas para o armazenamento de produtos químicos inflamáveis ou que possam gerar resíduos perigosos. Implementar contenções e precauções especiais no armazenamento de produtos inflamáveis ou resíduos perigosos.

14.9.3. Realizar monitoramento e adotar medidas de proteção em práticas que possam gerar faíscas.

14.9.4. Realizar monitoramento e adotar medidas de proteção nas operações que possam gerar fragmentos ou uma quantidade excessiva de material particulado.

#### **14.10. Gestão de Recursos Humanos e Fornecedores.**

14.10.1. Desenvolver um Plano de Emergência da Obra que inclua informações de contato essenciais e instruções para lidar com situações de emergência, e conduzir simulações de resposta a tais situações.

14.10.2. Cumprir rigorosamente as normas de higiene, saúde e segurança dos trabalhadores.

14.10.3. Promover a conscientização ambiental e a disseminação da política socioambiental da empresa por meio de programas de educação ambiental e treinamento dos funcionários, utilizando diversos canais de comunicação interna.

14.10.4. Implementar procedimentos de seleção e avaliação de fornecedores que levem em consideração não apenas as características específicas de seus produtos e serviços, mas também aspectos como a adequação dos meios de transporte e descarga, a origem dos produtos e as distâncias de transporte da fábrica ao canteiro de obras.

14.10.5. Assegurar a origem e qualidade dos materiais, preferencialmente optando por aqueles que possuam certificações de qualidade ou outras garantias de qualidade de produção e utilização.

14.10.6. Priorizar a contratação de serviços de fornecedores locais.

#### **14.11. Segurança no Ambiente de Trabalho.**

14.11.1. Desenvolver e cumprir as diretrizes estabelecidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT).

14.11.2. Garantir que os canteiros de obras estejam equipados com áreas de vivência, dimensionadas e construídas de acordo com as recomendações da Norma Regulamentadora 18 (NR-18) do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.11.3. Implementar medidas de proteção para atividades em altura, de acordo com as prescrições da Norma Regulamentadora 35 (NR-35) do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.11.4. Assegurar a segurança dos pedestres e funcionários regulando o tráfego e sinalizando devidamente áreas de risco e locais de armazenamento de materiais.

14.11.5. Prever mecanismos de contenção para evitar erosões e desmoronamentos de terra, com especial atenção à estabilidade de taludes com altura superior a 1,75 metros.

14.11.6. Instalar sistemas de proteção contra incêndios e adotar medidas de emergência conforme as diretrizes estabelecidas pelas Instruções do Corpo de Bombeiros.

14.11.7. É obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual segundo as regras da Norma Regulamentada – NR-18:

14.11.7.1. Capacetes de segurança para trabalhos em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impactos contraestruturas de outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador.

14.11.7.2. Para os trabalhos realizados junto a equipamentos ou circuitos elétricos será exigido o uso de capacete especial.

14.11.7.3. Protetores faciais para trabalhos que ofereçam perigo de lesão por projeção de fragmentos e respingos de líquidos, bem como por radiações nocivas.

14.11.7.4. Óculos de segurança contra impactos para trabalhos que possam causar ferimentos nos olhos.

14.11.7.5. Óculos de segurança contra radiações para trabalhos que possam causar irritação nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de radiações.

14.11.7.6. Protetores auriculares para trabalhos, realizados em locais em que o nível de ruído for superior ao estabelecido na NR-15.

14.11.7.7. Luvas e mangas de proteção para trabalhos em que haja possibilidade do contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou quaisquer radiações perigosas. Conforme o caso, as luvas serão de couro, de lona plastificada, de borracha, ou de Neoprene.

14.11.7.8. Botas de borracha ou de PVC para trabalhos executados em locais molhados ou lamacentos, especialmente quando na presença de substâncias tóxicas.

14.11.7.8. Botinas de couro: para trabalhos em locais que apresentem riscos de lesão do pé.

14.11.7.9. Cintos de Segurança para trabalhos em que haja risco de queda.

14.11.7.10. Respiradores contra poeira para trabalhos que impliquem produção de poeira. Máscara e avental para trabalhos com solda.

#### **14.12. Armazenamento de Equipamentos, ferramentas e Materiais.**

14.12.1. A Contratante não se responsabilizará pelo armazenamento de equipamentos, ferramentas e materiais da Contratada. Não será concedido empréstimo de qualquer equipamento, ferramenta ou material de propriedade da Contratante à Contratada.

### **15. Informações Complementares**

15.1 A Equipe de Planejamento, designada pela Portaria SRRF02 n.º 1210, de 19/11/2025, e publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 224 de 19/11/2025, elaborou este documento com o propósito de avaliar a viabilidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação dos serviços de Engenharia para a execução dos reparos, atendendo a demanda da Agência da Receita Federal do Brasil, em Itacoatiara/AM.

15.2 Além disso, este estudo aborda informações técnicas e preliminares essenciais para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

15.3 As diretrizes para a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, e o processo de contratação serão seguidas conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, IN SLTI/MPOG nº 01/2010, IN SEGES/MPDG nº 5/2017, IN SEGES nº 58 /2022, IN SEGES-ME nº 73/2022 além de outras normas aplicáveis ao caso. As alterações pertinentes foram devidamente incorporadas.

15.4 Não há necessidade de classificar estes Estudos Técnicos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

#### **15.5. Justificativa para Vedação de Consórcio.**

15.5.1 Na presente Licitação, **será VEDADA, a participação de consórcios**, com base na seguinte justificativa:

15.5.1.1 É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se

depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

15.5.1.2 O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade.

15.5.1.3 No que respeita ao objeto do presente documento, o serviço é comum, e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação.

15.5.1.4 No caso concreto em análise, a participação de empresas reunidas em consórcio poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, seriam capazes de prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, eventualmente, poderia proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços na licitação. Neste sentido, a permissão pela Administração de participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade. Ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Outro fator a ser observado é o fato do objeto da presente contratação não envolver questões de alta complexidade ou de grande vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

15.5.1.5 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

## **15.5.2 Adoção da Modalidade de Pregão Eletrônico.**

15.5.2.1. A adoção da modalidade de Pregão Eletrônico, para o serviço de engenharia em questão, pode ser justificada com base no artigo 6, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo o critério de julgamento é o menor preço;

15.5.2.2 No caso específico, é o serviço é considerado comum, por ser facilmente encontrado no mercado local esse tipo de serviço, e seu desempenho e qualidade podem ser facilmente definidos em Edital e seus anexos.

15.5.2.3 Dessa forma, a modalidade de Pregão Eletrônico é aplicável para assegurar que a contratação de um novo profissional ou empresa ocorra de forma correta, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo para os animais, em conformidade com os princípios da administração pública, como eficiência e continuidade do serviço público

## **15.5.3 Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime de execução por Preço Global, conforme justificativa abaixo:**

15.5.3.1 A escolha do regime de execução por preço global, justifica-se pela natureza do serviço, que é contínuo, com uma carga horária e responsabilidades previamente definidas, e cujo escopo pode ser claramente estabelecido em termos de período e condições de execução.

15.5.3.2 Neste regime, o valor total do contrato é acordado previamente, o que facilita o planejamento orçamentário e a previsibilidade de custos. Além disso, a execução do serviço de tratador de animais envolve atividades constantes e de longo prazo, como alimentação, cuidados diários e monitoramento da saúde dos animais, tornando o preço global mais adequado, pois não há necessidade de controle detalhado por unidade de medida.

15.5.3.3 A utilização do preço global também simplifica a administração do contrato, evitando ajustes frequentes de preço e proporcionando maior eficiência na execução, com a contratada sendo responsável por cumprir as condições acordadas, sem a necessidade de mensuração constante das quantidades de serviço prestado.

15.5.4 **Quanto ao critério de julgamento pelo menor preço do item:** ele é indicado para assegurar que a seleção da proposta seja feita com base na oferta mais vantajosa economicamente, sem comprometer a qualidade técnica necessária. Este critério é especialmente apropriado para contratações públicas em que as especificações dos serviços podem ser claramente determinadas e quantificadas, garantindo a escolha objetiva e alinhada aos princípios de economicidade da administração pública.

15.5.5. **Não será concedida exclusividade a ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte),** devido o seu valor Global ultrapassar o Limite definido pela LC nº 123/2006 e também, no serviço em questão, justifica-se, baseada no princípio da ampla concorrência e da busca pela melhor proposta em termos de qualidade e custo-benefício. Restringir a contratação exclusivamente a essas empresas pode limitar a diversidade de fornecedores e a possibilidade de contratar profissionais ou empresas com expertise mais específica, além de não garantir, necessariamente, a melhor relação custoqualidade. Dessa forma, a contratação deve seguir critérios transparentes, permitindo a participação de diversas empresas e profissionais no processo, sem discriminação, e priorizando a eficiência e o atendimento às necessidades do serviço.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto neste documento, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria SRRF02 nº 1210, de 19 de novembro de 2025, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 224, de 25 de novembro de 2025, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SRRF02 nº 1210 de 19/11/2025

**GLEIME ESPINDOLA MENDES**

equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 10:44:18.*

Despacho: Portaria SRRF02 nº 1210 de 19/11/2025

**LUIZ CARLOS PINTO DOS SANTOS**

Equipe de Planejamento

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**

**Histórico de atividades sobre o documento:**

Documento assinado digitalmente por:

**GLEIME ESPINDOLA MENDES em 17/12/2025**

**LUIZ CARLOS PINTO DOS SANTOS em 22/12/2025.**

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

**APSA.5ZWV.MCP8Z.2KQ6**

**Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:**

**cRzmBYVLRphLI38UVmwh/GxrPvQ8fpZ25SnMpw2Ri70=**